

22 OUT 1985

CORREIO BRAZIL

# A classe desprotegida

Elton  
Brasil

O Governo está ultimando a versão definitiva que se vai propor ao FMI e aos bancos credores do Brasil contendo o modelo do ajuste econômico que por opção interna será montado para compor os quadros internos com visitas à retomada do desenvolvimento. Numa colocação objetiva o Ministro da Fazenda definiu com propriedade os limites do questionamento em que estaremos empinhados junto ao Fundo Monetário Internacional e aos banqueiros mundiais: "Não vamos discutir tecnicamente um problema político, mas discutir politicamente um problema técnico". Não se trata de um mero jogo de palavras, nem de uma posição retórica para intermediar situações e ganhar tempo para opções que conveniências futuras venham aconselhar. É postura determinada que o Ministro enfatiza como posição dominante a ser assumida daqui para frente.

Ao expor para a imprensa o diagnóstico levantado ao longo dos quase dois meses de sua gestão, identificou o Ministro os prognósticos praticamente confirmados com base nas condições auto-sustentadas do desenvolvimento nacional. Está firme a expansão do produto interno bruto, a indústria e o comércio estão recebendo novos investimentos, a renda vem tendo a sua perversão concentradora exorcizada pelos aumentos reais dos salários e finalmente a inflação já se acha sob controle.

Para que o modelo econômico se desenvolva dentro de um comportamento voltado para o equilíbrio é necessário, segundo o titular da Fazenda, desacelerar a corrida em busca dos ganhos reais para os salários e contido o recrudescimento dos preços agrícolas. Os reajustes trimes-

trais ou a escala móvel na política salarial poderiam empurrar o surto inflacionário para patamares desconhecidos, com a perda de controle de situação e ingresso consequente nos descaminhos da hiperinflação. Qualquer concessão, além de certos parâmetros, uma vez repassados os seus custos para os consumidores finais, redundará em punição da sociedade de forma injusta por força de sua indiscriminação. Por seu turno os preços agrícolas deverão ser medidos e avaliados dentro do que ele chamou de "uma administração competente dos estoques reguladores". Os que persistirem em desregramento ou estiverem em falta terão complementações importadas. O jogo será pesado para conter excessos e manter alcançáveis as previsões.

A estratégia a ser seguida pelas autoridades que comandarão o processo econômico inclui procedimentos didáticos, buscando mostrar às categorias econômicas, quer de empregadores, quer de empregados, o caminho crítico de fuga da opressão inflacionária e acesso ao conforto de uma situação sustentada. Exemplo típico está nos ganhos indiretos salariais mediante a redução de alíquotas tributárias para determinadas faixas de rendimento. Em relação às classes empresariais os contatos serão amiudados com a finalidade de estabelecer um processo solidário que a todos congregue, num propósito indeclinável de dominar a inflação.

No que diz respeito à administração das finanças públicas o combate ao déficit implicará medidas de impacto para ampliar a receita federal. Elevação de impostos, principalmente o de renda, para quem vence acima de trinta salários mínimos, objeti-

vando uma arrecadação adicional de Cr\$ 40 trilhões; venda de ações de empresas estatais, podendo com isso arrecadar Cr\$ 10 trilhões; realismo das tarifas de serviços públicos e preços de produtos das estatais com uma complementação que variará entre Cr\$ 10 a Cr\$ 15 trilhões; queda dos juros, com ganhos de Cr\$ 20 trilhões; e, finalmente, gerenciamento crítico das empresas estatais economizando aproximadamente Cr\$ 50 trilhões. Considerando a ordem de grandeza do déficit hoje já se sabe bem superior aos Cr\$ 211 trilhões anunciados —, o restante de sua cobertura ficará por conta de emissão primária de moeda e da venda de títulos públicos.

Resta, por fim, colocar a situação dos contribuintes diante do Fisco, sobretudo se posta a nós a classe média, acuada que foi para uma posição de perda, batida de um lado pelo achatamento salarial e de outro pelo confisco salarial mediante uma progressão impenitente das alíquotas do imposto de renda. Não basta ao Governo isentar determinadas faixas ou minorar as taxações, desafogando as camadas menos resistentes economicamente. Particular atenção deve ser voltada para aquelas categorias que vêm sendo implodidas pelo Fisco e pela inflação e que por tais razões entraram em decesso social, numa transição dolorosa de status, decorrência quase que exclusiva dos esvaziamentos sofridos em seu poder aquisitivo. A Nova República não pode prosperar em seu crescimento social e econômico, incorporando em sua receita mais angústias e mais sacrifícios: impostos ao segmento mais representativo da sociedade: a classe média.